



**ATA N.º 1/2025**

**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**

**Local:** Salão da Casa do Povo da Granja

**Data:** 21/02/2025.

**Iniciada às 20h30min e encerrada às 22h50min.**

**I. Apreciação e votação das Atas das sessões anteriores**

- a) **Sessão ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2024**

**II. Período de intervenção aberto ao público**

**III. Período antes da "Ordem do Dia"**

**IV. Período da "Ordem do Dia":**

- a) **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013)**
- b) **DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
- c) **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DE ESPLANADA - 2025**
- d) **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - UTILIZAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO DE 2024**
- e) **7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA - INCORPORAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2024, NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2025**

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** Francisca Maria Rosado Silva Sousa

**Primeiro-Secretário:** Alexandre Filipe Conde Farias

**Segundo-Secretário:** Helena Isabel Gil Godinho

**Membros:** Arnaldo Gonçalves Caeiro

José Pedro Pires dos Reis



Dimas Joaquim Canhão Ferro  
Rui Miguel Rocha Passinhas  
Vanda Raquel Segurado Ramalho  
Venceslau Inácio Ramalho Raminhos  
Luís Miguel da Cruz Bação  
Rui Manuel Chilrito Pereira  
Filipe António Cartas Falcato  
Vítor Manuel Rosado Aranha  
Vítor Hugo Segurado Dias  
Marta José Cominho Capucho

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Granja:** Felizardo José Aranha

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Luz:** Sara Maria Vidigal Correia

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Mourão:** José Duarte Costa Franco

--- A sessão foi presidida pela Senhora **Francisca Maria Rosado Silva Sousa** e secretariada pelo Assistente Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativo-Financeira e de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Mourão, Joaquim Manuel Caeiro dos Santos Martins. ----

--- Seguidamente a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, é obrigatório a realização, no mês de **fevereiro** de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- A **Senhora Presidente da Mesa** informou também o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediram substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Flávio Carlos Ferrador Oliveira**, tendo sido convocado para o substituir nos termos legais e regimentais o Senhor **Vítor Manuel Rosado Aranha**;

--- A Senhora Deputada Municipal **Ana Maria Palma Bravo**, tendo sido convocado para o substituir, nos termos legais e regimentais, o Senhor **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos**; -----



--- Mais informou que o Senhor Deputado Municipal **José Crisóstomo Fernandes Bação Leal**, solicitou o prolongamento do seu pedido de suspensão de mandato, por motivos de saúde devidamente justificados, tendo sido convocado para o substituir nos termos legais e regimentais o Senhor **Filipe António Cartas Falcato**. -----

--- Considerando ainda que a Senhora **Ana Maria Palma Bravo**, Segunda Secretária da Mesa pediu substituição, a Senhora Presidente da Mesa informou que o Grupo Municipal do PPD-PSD/CDS-PP designou, ao abrigo do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, a Senhora Deputada Municipal **Helena Isabel Gil Godinho**, para substituir a segunda secretária e exercer as suas funções. -----

--- Previamente á entrada na ordem do dia a **Senhora Presidente da Mesa** fez a seguinte intervenção: -----

*"Dizer-vos também que hoje conto com a preciosa colaboração do Senhor Joaquim Manuel Caeiro dos Santos Martins a secretariar esta sessão.*

*Agradeço a todos.*

*Fazendo agora os devidos cumprimentos, saúdo o Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vice-Presidente, as Sras Vereadoras e o Sr. Vereador, a Sra Presidente de Junta de Freguesia da Luz e os Srs Presidentes de Junta de Mourão e da Granja. Um cumprimento especial e um agradecimento ao Sr. Felizardo Aranha e ao seu Executivo de Freguesia por nos terem, mais uma vez, aqui recebido. Muito obrigada.*

*Cumprimento e agradeço aos funcionários do município e da freguesia aqui presentes. E por fim, mas não por último, cumprimento o público presente nesta sala e a todo o que nos segue à distância.*

*Nesta primeira sessão da nossa Assembleia deste ano de 2025 e a primeira após as festas maiores do nosso concelho, a Festa em honra da nossa padroeira, Nossa Senhora das Candeias, julgo que todos nos podemos regozijar por ter sido, mais uma vez, um momento único de fé e devoção para milhares de pessoas. A par da festa religiosa, as pessoas do concelho e inúmeros visitantes puderam desfrutar de múltiplos eventos culturais e de lazer, com um extraordinário cartaz. O agradecimento ao Município, ao seu Executivo e a todos quantos contribuíram para a realização destas grandiosas festas. Que as candeias de Nossa Senhora iluminem todos os caminhos, os nossos e de todos, num momento tão decisivo como o que vivemos. Realizou-se também a Festa de S. Brás, padroeiro desta freguesia da Granja onde nos encontramos, e que constituiu também um grande momento de encontro, de devoção e de divertimento. O nosso agradecimento a todos quantos a tornaram possível.*

*Dizer-vos ainda, conforme convite que vos envie, que se realizou no passado dia 17 fevereiro mais uma Sessão da Assembleia Municipal Jovem, em estreita colaboração e articulação com o Município e o Agrupamento de Escolas de Mourão. Foi abordada a Inteligência Artificial, com a participação de um professor do Centro de Competências da Universidade de Évora. Os nossos jovens deputados e toda a assistência estiveram à altura e são motivo para nos orgulharmos. Um agradecimento ao Agrupamento de Escolas, na pessoa do seu Diretor, e ao Município, na pessoa do*



seu Presidente, que gentilmente cedeu o Cineteatro. Este equipamento municipal é efetivamente uma mais-valia de que todos podemos dispor; em boa hora entrou em funcionamento.”

--- Feita a chamada e verificando a existência de quórum, com a presença de 18 membros, a **Senhora Presidente da Mesa** declarou abertos os trabalhos. -----

## **I – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES**

### **a) – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2024**

--- **A Senhora Presidente da Mesa**, lembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro lado, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata, que no caso são os Senhores Deputados Municipais Venceslau Raminhos e Vítor Aranha. -----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 7/2024, correspondente à quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 27 de dezembro de 2024, no Salão Nobre dos Paços do Município. -----

--- Não havendo objeções, **a Senhora Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 7/2024, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**. - -----

## **II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 50.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, haverá agora, com a duração de 60 minutos, um “*PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO*”. -----

--- O “Período de Intervenção do Público” será distribuído por períodos que, em caso algum, poderão exceder os 5 minutos por cada intervenção, sendo, no entanto, reduzidos para um menor período de tempo, nunca inferior a 3 minutos, em caso de o número de inscrições assim o justificar, eliminando-se aquelas que, segundo a ordem da inscrição, fariam prolongar o período global para além dos 60 minutos. -----

--- Os cidadãos interessados em usar da palavra têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum munícipe pretendia intervir, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----



### III – PERÍODO DE ANTES DA “ORDEM DO DIA”.

--- **A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** lembrou o tempo de cada FORÇA POLÍTICA (minutos) com base no **n.º 2 art.º 55.º do Regimento**, assim distribuído: -----

NOVOS TEMPOS, NOVAS SOLUÇÕES 22 min (PSD/PPD – 16 min e CDS/PP – 6 min)

PS - 19 min

CDU (PCP/PEV) – 6 min

CHEGA - 3 min

CÂMARA MUNICIPAL - 10 min

--- Seguidamente perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir neste período, tendo pedido a palavra e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Passinhas** para referir que os assuntos da freguesia devem ser aqui debatidos no local certo pelo que colocou as seguintes perguntas ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, para depois da resposta continuar a sua intervenção: -----

- Há quanto tempo é que o Executivo da Junta teve conhecimento das exigências da IGAC sobre a Praça de Touros que levaram a que não fosse permitida a realização da tourada? ---

- Se fizeram alguma coisa para resolver as questões? -----

- Se pediram alguma ajuda à Câmara e se essa ajuda lhe foi negada, tanto nesta questão da Praça de Touros como noutros aspetos? -----

--- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Granja, Felizardo Aranha**, respondeu dizendo: -----

- As obrigações já vêm de 2014 e o Sr. Rui Passinhas ou colegas seus já passaram pela Junta depois disso e também não resolveram. Os curros não foram feitos porque não tínhamos projetos, mas logo que os tenha serão feitos certamente até setembro; -----

- As relações entre a Junta e a Câmara são excelentes, desde o Senhor Presidente até ao último trabalhador, e todos colaboram para bem do concelho. -----

--- Continuou **o Senhor Deputado Rui Passinhas** dizendo que do que ouviu pode deduzir que a Câmara não teve culpa nenhuma do que aconteceu e leu depois o seguinte texto:

*"Sendo eu um filho da terra e aficionado sei da importância que a corrida de touros tem para as festas da aldeia, e para as pessoas, uma festa sem Corrida não é a mesma coisa.*

*Digo isto como espectador e também como organizador, quer através da Associação Equestre, quer também pelo Executivo da junta no mandato do Sr. Joaquim Parrinha.*

*Vejo agora com tristeza a tauromaquia ser desconsiderada pelos filhos da terra e maltratada por promotores alheios, em que a sua grande importância são apenas os valores monetários.*



*Tendo em conta as publicações da Concelhia do PS de Mourão, que na minha opinião só vieram incendiar e mostrar uma falta de respeito pelas pessoas da aldeia em plena festa.*

*Quis assim culpabilizar o executivo da câmara por não resolver os problemas da praça de touros e assim impedindo a realização da tourada, quiseram fazer disso um mero instrumento para aproveitamento político.*

*De acordo com as respostas do sr. Presidente da junta, não correspondem à verdade face ao que quiseram transparecer nos comunicados feitos pelo PS.*

*À, e não esquecendo que os problemas e exigências do IGAC já vêm nos relatórios há vários anos, para aí desde 2014, e que o executivo da junta anterior foi do PS.*

*Por isso quero fazer aqui um pedido ao Sr Presidente da Junta e da Camara,... não se esqueçam que temos festas em setembro e temos de ter corrida de touros.*

*Tendo sido eu pertinente com a questão das obras a realizar na estrada da Granja, e pelo facto de estar convencido que já há fumo branco, para o seu início, vem agora a concelhia do PS, nas redes sociais, num dos seus comunicados, pôr em causa a realização da obra. Será?*

*Vejo isto com pena, o PS criticar agora de forma tão acérrima sobre um problema que em 28 anos nada fizeram para resolver, .....*

*Questiono assim a Camara se em algum momento tencionou não fazer a reparação que já consta no orçamento municipal?*

*Qual o ponto de situação sobre o assunto?*

*Pergunto-me o porquê da Câmara ter aceite a estrada em 1993? e tendo aceite a estrada, de certeza que houve verbas de compensação,.....onde foram gastas essas verbas e porque é não foram gastas na reparação da mesma?*

*Para terminar, e como vi mexidas ali na praça 25 de abril, fico contente.*

*Até que enfim haja uma remodelação no largo que foi já anunciado há para aí mais de uma década e agora em 3 anos e meio de mandato essa obra seja concretizada, tal como está acontecer com outras. Espero que seja terminada o mais rápido possível e que ainda sejam concretizadas mais algumas que estão anunciadas.*

*Com a certeza que esta será a ultima assembleia deste mandato aqui na nossa aldeia não quero sair sem dar os parabéns e deixar o meu obrigado por todo o trabalho realizado e apoio dado nos melhoramentos da nossa aldeia."*

--- Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Devem ser corrigidas algumas inverdades que apareceram nas notícias. Todos sabem que a corrida de toiros tem grande impacto nas Festas. O Executivo tem sempre acompanhado as Juntas de Freguesia e em particular a da Granja nas diversas ações e atividades. Desde 2014 que os executivos, quer do concelho quer das freguesias sabiam com o que estavam a lidar relativamente às exigências sobre as condições das Praças de Touros, e que mais tarde ou mais cedo a IGAC não iria permitir a realização das corridas, sem que fossem cumpridas aquelas condições e realizadas as obras nas Praças de Touros. Em 2022 o Arq.º Rui



Reynaud elaborou projetos de arquitetura para as Praças de Touros de Mourão e Granja. O Município, que gere a Praça de Touros de Mourão, através de um contrato de comodato, enviou os projetos para a IGAC que os validou e permitiu as corridas em 2022, 2023 e 2024, mas em todas as vistorias anuais apontava lacunas e correções a realizar, e até para a da Luz, que é recente o fazia. Como todos sabem as obras custam valores enormes e naturalmente as Juntas de Freguesia não têm as melhores capacidades. O Município disponibilizou-se a compartilhar 50 a 60 por cento do orçamento das obras e reformulou os anteriores projetos no sentido de os tornar menos onerosos. Pergunta-se porque é que em Mourão houve corrida e na Granja não, sendo que tal aconteceu porque o Município comprovou junto da IGAC ter lançado um concurso para a execução das obras. Até setembro muito pode ser feito e a Junta pode contar com o apoio da Câmara não só na reprogramação deste projeto igualando-o ao de Mourão e será certamente aprovado, bem como apoiando o lançamento dos procedimentos de contratação, lamentando ao mesmo tempo golpe publicitário nas redes sociais sobre o caso; -----

- Houve na realidade algumas alterações permutativas para reforçar outras rubricas à altura mais urgentes, mas hoje através da incorporação do saldo de gerência de cerca de um milhão de euros restitui-se para a respetiva rubrica as verbas destinadas à reparação da estrada municipal Mourão-Granja. O lançamento de um concurso público para este tipo de obra é um processo moroso, oneroso e complexo que exige muitos dos técnicos, mas que felizmente será em breve uma realidade. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Capucho** para referir que não houve aqui inverdades, mas sim o colocar de questões, que as intervenções do Senhor Felizardo e do Senhor Presidente comprovam, pois dizem, e ainda bem, que se vão resolver e que em setembro vai haver tourada nas próximas festas. Seguidamente a Senhora Deputada colocou as seguintes questões. -----

- Relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social 5.ª Geração, em que ponto de situação se encontra a candidatura, se está a provada e para quando se prevê o início do projeto? -----

- Sobre a noticia de hoje referente à obra da creche que diz serem 42 lugares entre berçário e sala de atividades, não se sabe se já estão contabilizadas as crianças de jardim de infância; -----

- Quanto à notícia da construção de uma pista de motocross qual é o valor do investimento por parte do Município? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Dias** para referir que a Senhora Presidente não quer diálogos e hoje verificou-se um interrogatório e respostas entre membros da assembleia. A sua intervenção hoje é mais analista do que interrogativa. Verificou-se aqui uma quadratura do círculo para não ter culpa por não haver corrida de touros na festa, mas



o certo é que o Senhor Presidente sabia e nada fez para resolver a situação. Politicamente é responsável e falhou, como falhou na questão da água, nos orçamentos participativos, na área da saúde, onde não há consultas médicas há dez anos, na área da educação, na segurança, pois senão não seria necessário instalar videovigilância, no urbanismo, etc. Fez-se uma sessão extraordinária para aprovar verbas para colocação de ar condicionado nesta sala antes da passagem de ano e ainda não estão colocados hoje. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** lembrou ao Senhor Deputado que se está num espaço onde a democracia se pode cumprir, local privilegiado para interpelar, colocar questões e obter respostas. Um dos principais legados do 25 de abril é poder usufruir destes direitos que muitas pessoas pagaram caro por defender esta possibilidade, por isso não vai permitir que tal direito seja colocado em causa. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para referir que depois de ouvir as diversas intervenções lembra que se levou 40 minutos a discutir um comunicado de um partido, que se é oportuno ou não cabe a esse partido analisar e o Senhor Presidente responde ou não como entender. O certo é que o que se passou não deveria ter acontecido pois todos os anos os relatórios apontavam problemas, os quais deveriam ser públicos e do conhecimento de todos, mas o certo é que houve sempre corrida, e espera que em setembro volte a haver. Tudo o que possa ser feito para melhorar as condições de todos os equipamentos no concelho tem o seu aval, independentemente dos nomes dos Presidentes das respetivas autarquias. Não interessa tanto saber de quem é a responsabilidade, mas sim de tudo fazer para resolver o problema. Quanto à estrada faz votos para que a sua reparação seja uma realidade, o mais depressa possível, pois quem cá está é que deve fazer o melhor que pode, aproveitando o momento e as oportunidades que surgirem para bem de todos, e terá certamente o seu apoio e dos Deputados do Partido Socialista. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** que começou por agradecer a forma amável e carinhosa com que o colega da Junta de Freguesia de Granja sempre os recebe. Seguidamente referiu que cada partido tem legitimidade para seguir a sua política e cada pessoa tem legitimidade para concordar, criticar, discordar ou rejeitá-la, pelo que esta sessão teria certamente de se debruçar sobre o tema da praça de touros, devendo-se debater a oportunidade e a seriedade das questões levantadas, mas não se pode atribuir à Câmara a culpa de uma coisa que acontece na propriedade privada da Junta de Freguesia. A Câmara só poderia efetuar obras na Praça de Touros da Granja se tivesse um contrato de comodato como tem para a de Mourão, o que certamente a população da Granja não aceitaria, mas mesmo assim o Município disponibilizou-se a apoiar as obras. Solidariza-se com a Junta da Granja e a população da Granja que com certeza ninguém gostaria que esta situação tivesse acontecido. Não pode aceitar que o partido socialista use uma manobra contabilística para vir aflorar a questão de uma estrada que durante vinte anos não teve

intervenção nenhuma e agora virem questionar uma simples manobra contabilística, é nio mínimo falta de atenção para com os seus pares. Perante isto é inevitável que se ataque quem cá esteve antes, como é inevitável questionar como é que um partido que nos pretende dirigir acha que o Município possa ou seja legítimo efetuar obras num prédio que é propriedade da Junta de Freguesia? É uma falta de solidariedade para com a população da Granja e seus pares. -----

--- Dada novamente a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este informou que: -----

- Relativamente ao CLDS 5G como até agora não foi recebido qualquer pedido de esclarecimentos sobre a candidatura, aguarda-se que a sua aprovação esteja por dias à semelhança do que já aconteceu para alguns Municípios; -----

- A obra da creche corre a bom ritmo, querendo acreditar que em setembro/outubro possa estar concluída. A subunidade sociocultural do Município visitou recentemente uma creche municipal em Almeirim com vista a retirar ideias sobre os normativos legais e regulamentação sobre o funcionamento daquele equipamento no futuro, que dispõe de três salas interiores para a creche e duas exteriores para o pré-escolar; -----

- A pista de motocross será construída num prédio rústico propriedade do Município, não sendo necessária a movimentação de terras, apenas a remoção de alguns eucaliptos e foi feita uma adjudicação para a sua execução no valor de 15.000 euros. Depois de concluída a obra será entrega a sua exploração a uma associação criada para o efeito por um grupo de jovens do concelho, com as regras de utilização a serem estipulados pelo Município. Na zona existe um edificado (antigo Campo de Tiro) que será objeto de legalização; -----

- Relativamente à reparação deste espaço referiu que na sequência do protocolo assinado oportunamente decorrem os procedimentos administrativos de contratação para a execução dos trabalhos, que tanto a Freguesia como o Município têm todo o interesse em ver concluídos o mais rápido possível, sendo que as verbas já foram transferidas para a Junta;

- Teve grande debate de interpretação da lei com a IGAC relativamente à possibilidade das Praças de Touros de 3.ª categoria puderem utilizar curros amovíveis, mas aquela entidade mostrou-se sempre irredutível quanto a essa premissa, mas não podemos alegar mais nada pois desde 2014 que a legislação o obriga; -----

- A reparação estrada Mourão-Granja será obrigatoriamente uma obra a executar com a brevidade possível, a qual terá um peso financeiro importante para o Município, mas como já tem dito, se for necessário recorrer a algum tipo de crédito financeiro não hesitará em fazê-lo dada a importância que a mesma reflete para a população. -----

--- Seguidamente a **Senhora Presidente da Mesa** deu palavra ao **Senhor Vereador Manuel Carrilho** para, em defesa da honra, intervir nos seguintes termos: -----



"Embora não tenham sido proferidas palavras que ofendam a sua honra, foram feitas várias insinuações aos anteriores executivos que nada fizeram relativamente à questão da corrida der touros. Não sabe de quem é a culpa, mas sabe que não foi dele nem dos anteriores executivos. Os executivos anteriores investiram muito nas praças de touros e fizeram sempre o que era exigido e a prova é que houve sempre corridas. Não pode continuar a permitir que se assuma que de tudo o que há de mau é culpa dos executivos anteriores. Os executivos anteriores já passaram e agora quem tem as responsabilidades é o atual. Os erros que eles cometeram já os pagaram e se erraram não foi de propósito. Por isso parem de acusar os anteriores executivos e assumam as responsabilidades." -----

#### **IV – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA"**

##### **a) – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – (ALÍNEA c) DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)**

--- Recordou a **Senhora Presidente da Mesa** que o Sr. Presidente tem 10 minutos para apresentar cada ponto e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas. No final o Sr. Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

--- Seguidamente a **Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a Informação, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número um**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Capucho** para perguntar: -----

- Sobre o informado no Ponto II - 14 relativamente à operacionalização das medidas do cheque veterinário e seguro de saúde. Ainda não estão em vigor? -----

- Está prevista alguma intervenção na cobertura do Pavilhão de Mourão e nas pinturas exteriores? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para perguntar: -----

- O que foi tratado na reunião com a EDIA referida no Ponto II – 2? -----

- Qual o valor gasto na requalificação da Mata de S. Bento como se refere no Ponto II – 10? -----

- Sobre o referido no Ponto II – 13, pergunta se já tem orçamentos, valor e prazo de execução? -----

- Que tipo de obra e valor está em causa para a requalificação do Parque Maria Cristina? --

- Em que zona da albufeira está prevista a instalação do megaprojeto de instalação de painéis solares que refere no Ponto II -21? -----



- Onde se prevê a instalação do pavilhão para embarcações a que se refere o Ponto II – 22? -----
- Que tipo de pendentos e assuntos foram tratados na reunião com os representantes da EDIA a que se refere no Ponto II – 36? -----
- Relativamente à informação prestada no Ponto II – 45, alerta que na rua paralela à Avenida João Paulo II, em Mourão, também estão a danificar os passeios devido ao estacionamento de viaturas pesadas. Assim sugere que essas viaturas fossem reencaminhas para estacionar na Zona Industrial; -----
- Deu os parabéns pela realização da Assembleia Municipal Jovem, que foi bastante participada, e propõe que no próximo orçamento se crie uma rubrica para o Orçamento Participativo Jovem. -----
- De seguida **a Senhora Presidente da Mesa** agradeceu a boa lembrança e sugestão do Senhor Deputado para a criação do Orçamento Participativo Jovem, com a qual o Senhor Presidente certamente também concordará e operacionalizará. -----
- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para perguntar se dentro do que foi discutido nas duas reuniões com a EDIA se inclui a possibilidade de tirar água do Alqueva para abastecer a freguesia, e se de alguma forma aflorada a questão da expansão do regadio à Freguesia de Mourão? -----
- Dada novamente a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este prestou os seguintes esclarecimentos: -----
- É óbvio que quem lidera o concelho tem de assumir as responsabilidades por aquilo que acontece de bom e menos bom, e está disponível para esclarecer as situações, sendo que tem seguido uma estratégia política que tem sido bem-sucedida, com prioridades nos projetos, com destaque para a creche, a resolução da obra do cineteatro, etc. É natural que quando se deixa de exercer funções se queira proteger as costas, e no passado muitas coisas se fizeram bem e outras se calhar menos bem, reflexo de muitos anos que faz adormecer a capacidade de fazer acontecer coisas, mas nunca se fizeram quaisquer ataques de carácter pessoal, havendo coisas do passado que não podem ser sanadas por esta organização. Se governaram tantos anos foi porque lhes deram essa confiança, que, entretanto, lhe foi retirada com a aceitação do nosso projeto político, que também irá agora ser avaliado. Não se podem é desculpabilizar pelas coisas que não conseguiram fazer e que agora fizemos em dois anos como é o caso da creche; -----
- Os regulamentos estão em vigor, mas há que operacionalizar os procedimentos administrativos. O seguro de saúde visa os utentes do concelho que não têm médico de família atribuído, cerca de 520/530. Esta medida está em fase de contratualização de uma empresa de prestação de serviços especializada, que funcionará nas instalações da antiga escola C+S e apoiada por técnicos do Município. Espera-se que esta medida esteja em

pleno funcionamento até final de março. Relativamente ao cheque veterinário foram contactados dois médicos de Mourão, aguardando-se a entrega dos preçários para a celebração do protocolo de prestação de serviços;

- As obras no Pavilhão estão englobadas no pacto de coesão negociado com a CIM, que prevê a substituição da cobertura, reparação das caleiras e colocação de painéis solares, estando a ser avaliada a oportunidade da pintura exterior; -----

- Tem-se sentido a incapacidade da EDIA em dar resposta às nossas solicitações e reivindicações. Uma delas é o caso do passadiço da Luz em que o Município poderá aceitar o seu ónus futuro, mas não no estado em que está atualmente. Outra situação prende-se com a Rua da Juliôa que já está eletrificada, mas não tem calçada, embora não tenham fechado a porta. O Município lançou a hipótese da EDIA nos ceder a utilização do Monte dos Pássaros com a contrapartida de executar uma intervenção o telhado, para a qual houve abertura, mas cuja decisão também se aguarda. Está também em cima da mesa uma futura construção de um miradouro virado para o local da antiga aldeia. Como o Eng.º Diogo Nascimento assumiu recentemente funções noutra entidade fez com que a primeira reunião ficasse praticamente sem efeitos úteis, o mesmo acontecendo relativamente ao bloco de rega em que não há qualquer avanço no processo, não obstante ter havido conversações com a EPAL sobre a possibilidade da Associação de Beneficiários da Luz permitir que um hidrante seja conectado ao abastecimento público de água para consumo humano; -----

- Depois de no passado a autarquia ter passado a gestão dos parques infantis para as Freguesias, era propósito do Executivo assumir essa gestão e já o fez, denunciando os protocolos entretanto celebrados, e a Mata de S. Bento é um dos espaços a requalificar, tendo já sido feitas algumas intervenções e melhoramentos, sendo que o custo total da referida rondará pouco mais de vinte mil euros, em que alguns trabalhos serão executados por administração direta, esperando que o espaço seja aberto ao público em abril; -----

- A sede das Associações de Caçadores será num espaço no Monte da Julôa, cedido pela EDIA, que se encontra degradado, cuja requalificação será de cerca de vinte e nove mil euros, que através da celebração de um protocolo será atribuído o apoio às Associações e estas procederão ao pagamento da empreitada, dando o Município o devido acompanhamento técnico às obras; -----

- Como se sabe uma primeira candidatura para a requalificação do Parque Maria Cristina foi reprovada, havendo agora nova oportunidade através do Portugal 2030 e após redução do investimento, a Arq.ª Carla elaborou novo projeto para apresentação de nova candidatura, que a ser aprovada terá um financiamento de 85%; -----

- A instalação dos painéis é um projeto da EDP, para o qual não foram ouvidos os Municípios e o caso do IMI das Barragens mantém-se se qualquer evolução. Mais salientou

que o poder das elétricas é de tal ordem que sem a consulta dos Municípios ou de outros interessados conseguem fazer prevalecer os seus projetos e interesses; -----

- O concessionário da Praia apenas informou o Município, e bem, que adquiriu dois lotes na zona industrial e que pretende instalar um equipamento para reparação de embarcações e que adquiriu também um barco destinado a passeios náuticos; -----

- Desafiou o Senhor Deputado Rui Pereira para que os moradores daquela zona elaborem uma exposição para que se impeça o estacionamento alegando os referidos danos, que o Município certamente estudará outra alternativa, pois existem no Município outras soluções para que possam estacionar como por exemplo a Zona Industrial ou o Parque de Feiras; ---

- O Orçamento Participativo Jovem é uma ideia interessante ancorada na iniciativa da própria Assembleia Municipal Jovem, só para os jovens ou aberta à população para que os jovens possam concretizar um projeto. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Luz** para prestar as seguintes informações relativamente aos assuntos tratados nas reuniões com a EDIA e nas quais esteve presente: -----

- Desde que iniciou os seus mandatos na Junta que vem reivindicando o alcatroamento da rua, mas no início deste mandato a EDIA referiu ao Senhor Presidente da Câmara que tinha tudo saldado com a Freguesia de Luz; -----

- Como o colega Rui Pereira também pode testemunhar, desde 2022 que a Junta vem enviando cartas à DGADR a pedir a resolução do cadastro dos processos de emparcelamento, mas que vinham sempre adiando. Agora foi o próprio Ministro da Agricultura que assumiu agendar a reunião, que acabou por acontecer há quinze dias. Bateu à porta de todas as forças políticas e em nenhuma delas foi mal recebida, vinha com esperanças que não se concretizaram, como agora tem esperança no Ministro e no Diretor Geral. Foi difícil aceitarem que o erro estava do lado deles, mas já teve respostas na prática, pois solicitaram um levantamento de tudo o que faltava legalizar e o Dr. Damas disse que poderiam utilizar uma figura jurídica que serviu num processo no Douro para legitimar a propriedade e adaptar também nestes casos. Já recebeu agora contactos quer da DGADR quer da EDIA, pelo que parece estar finalmente o processo a ter desenvolvimentos favoráveis. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

**b) – DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

--- Sobre o assunto em epígrafe **a Senhora Presidente da Mesa** dispensou a leitura da Informação da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a



todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número dois**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para referir como nota prévia que o Partido Socialista assume o ónus dos 28 anos de governação, do que foi bem e mal feito, e do que foi feito e do que ficou por fazer. Solicitou informação sobre o que é a dívida de 38 mil euros por danos de deterioração que alguém tem para com o Município, tendo **a Senhora Presidente da Mesa** informado que tomou nota da questão e que à mesma será dada resposta na próxima sessão. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para lembrar que se mantém o problema que vinha de anteriores mandatos, que é o da dívida do pagamento das faturas da água, que atinge montantes que dava para o Município investir em infraestruturas para melhorar a vida dos munícipes, e que é injusto para quem cumpre e paga a água. Nos últimos três anos são mais de 70 mil euros. São profissionais da dívida e quem não paga é quem mais gasta pois não se preocupa. -----

--- Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este referiu que a gestão do nosso sistema em baixa, pela estrutura de mercado que tem nunca terá um retorno positivo, que para além do não cumprimento de muitos consumidores há também o consumo não faturado. É certo que haverá sempre quem não pague, há consumidores a quem é cortada a água e que fazem ligações diretas, cujas ações são participadas ao Ministério Público, mas até ao momento nenhuma dessas participações teve consequências. Diz-se que a água é cara, mas o certo é que tanto este Executivo como os anteriores têm vindo a não cumprir as recomendações da ERSAR que vão no sentido de praticar preços que permitissem o ponto de equilíbrio. A gestão do sistema de abastecimento em baixa é na realidade um processo complexo por todas as vicissitudes, como a idade das condutas e dos contadores, ou os baixos rendimentos das famílias, que já têm e que maiores seriam as dificuldades em pagar se fossem praticados os tais preços para se atingir o ponto de equilíbrio do sistema. Por enquanto a ERSAR ainda não penalizou os Municípios que não cumprem as suas recomendações, mas pode a todo o momento vir a fazê-lo. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

### **c) – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DE ESPLANADA – 2025**

--- Sobre o assunto em epígrafe **a Senhora Presidente da Mesa** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que seguidamente se transcreve: -----

*"No uso das competências previstas nas alíneas b) do n.º 1 do artigo 25.º e das alíneas u) e vv) do n.º 1 do artigo 33.º todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária, de 6 de fevereiro de 2025, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do citado diploma legal, a proposta para apreciação e votação da mencionada isenção:*

### **"3. PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DE ESPLANADAS - 2025**

*Relativamente a este assunto o Sr. Presidente colocou à discussão a análise da sua proposta que seguidamente se transcreve:*

*"Considerando que:*

*a) Compete aos Municípios promover o desenvolvimento económico dos Concelhos, da sua população e dos agentes económicos que ali prestam serviços;*

*b) O Município de Mourão, nos últimos anos, tem concedidos aos estabelecimentos comerciais uma isenção de pagamento das taxas de ocupação de espaço público através de esplanadas. "(esta isenção apenas abrange o pagamento da taxa e não os restantes procedimentos administrativos, nomeadamente os requerimentos e documentação necessária)";*

*c) Embora a situação económica do país tenha melhorado nos últimos tempos, ainda se fazem sentir a nível macroeconómico inúmeras dificuldades para desenvolvimento e progressão destes estabelecimentos, tal como a criação de mais emprego;*

*d) O aumento generalizado dos preços, com conseqüente reflexo nos preços da energia e bens de vária ordem reflete-se nos custos e margens operacionais dos agentes económicos;*

*e) Estes fatores repercutidos nas margens dos comerciantes e igualmente nos preços a pagar pelos consumidores;*

*f) A Câmara Municipal de Mourão entende que, a isenção das taxas devidas pela ocupação do espaço público através de explanada contribui para minimizar os índices inflacionistas que se continuam a verificar, com conseqüência direta nos preços praticados pelos comerciantes, logo a pagar pelos munícipes e demais visitantes do nosso Concelho;*

*g) Entende-se, assim, que a medida referida em b) deve ser prorrogada durante o ano de 2025, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, restringindo-se neste caso à isenção do pagamento da taxa devida pela ocupação do espaço público através de explanada;*

*h) A isenção ora proposta não isenta os requerentes de darem entrada nos serviços do Município dos procedimentos administrativos exigidos por Lei e Regulamento, nomeadamente os requerimentos e documentação necessária entre outros;*

*i) Tendo em conta que se trata de matéria cuja estipulação e regulamentação é competência da Assembleia Municipal de Mourão, opta-se por submeter, igualmente àquele órgão do Município para apreciação e deliberação.*



Em face do exposto tenho a honra de propor, no uso das competências previstas nas alíneas b) do n.º 1 do artigo 25.º e das alíneas u), ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) Aprovar a isenção do pagamento das taxas de ocupação de espaço público através de esplanada para as entidades que legalmente a possam solicitar, até 31 de dezembro de 2025;
- b) Delibere e aprove, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação a presente proposta;
- b) Que as deliberações ora propostas, a serem aprovadas, sejam aprovadas em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Paços do Município de Mourão, 29 de janeiro de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal  
João Filipe Cardoso Fernandes Fortes”

Apreciada a proposta acabada de transcrever e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a mesma à votação tendo merecido total aprovação do Executivo.

Deliberação tomada **por unanimidade.**”

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e, portanto, espera-se que a mesma mereça apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Paços do Município de Mourão, 14 de fevereiro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,  
Dr. JOÃO FILIPE CARDOSO FERNANDES FORTES”

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo o **Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para referir que esta é uma medida que vem do tempo do COVID, do mandato do PS, que beneficia o comércio do concelho. Embora seja fora do contexto, gostaria de saber se vai ser feita alguma intervenção no jardim público de Mourão? Finalmente repudia o laxismo, que vem também já do passado, em que o Partido Socialista era acusado de não cobrar a água, mas agora este Executivo terá de dar passos nesse sentido e assumir responsabilidades. -----

--- Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este referiu que o Jardim tem vindo a sofrer sucessivamente algumas intervenções, embora não esteja previsto



nenhum projeto para uma remodelação total. Vai sim ser instalado um quiosque para dar mais vida àquele espaço, cuja exploração irá ser cedida em hasta pública. Irão ser também ser calçadas algumas zonas e colocadas barras de segurança nas entradas do Jardim. ----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**. -----

--- Finalmente **a Senhora Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

#### **d) – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – UTILIZAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO DE 2024**

--- Sobre o assunto em epígrafe **a Senhora Presidente da Mesa** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número três**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

--- Não havendo intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**. -----

--- Finalmente **a Senhora Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

#### **e) – 7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA – INCORPORAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2024, NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2025**

--- Sobre o assunto em epígrafe **a Senhora Presidente da Mesa** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número quatro**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- **A Senhora Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para parabenizar o Executivo pela apresentação deste saldo recorde mesmo depois de muita obra estruturante feita, e para repor naturalmente a verba na rubrica da estrada. Em nenhuma das suas intervenções fez qualquer ataque de caráter pessoal às pessoas dos outros partidos, muitas delas por quem nutre carinho e amizade desde infância, mas para um Executivo que tem três anos de



governação é inevitável que traga à baila coisas que herdou, mas nunca conotou à Câmara anterior responsabilidade pela Praça de Touros da Granja. Referiu-se sim ao Executivo anterior no que toca à estrada. Se depois da apresentação deste saldo e depois de obra feita, a oposição apenas tem a apontar à Câmara o facto de não fazer obras num edifício de que não é proprietária ou de apontar uma corriqueira manobra contabilística, então tem de se concluir que o Executivo está no bom caminho. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**. -----

--- Finalmente **a Senhora Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e n.º 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **a Senhora Presidente da Mesa, Francisca Maria Rosado Silva Sousa**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

--- Ato contínuo, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 15 (quinze) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade**. -----

--- Finalmente, **a Senhora Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e por nada mais haver a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 22h50min, agradecendo a presença e a participação de todos, e desejando um bom regresso a casa em segurança. -----



--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 24 de abril de 2025, e vai ser assinada pela **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** e por mim, Joaquim Manuel Caeiro dos Santos Martins, **secretário**, que a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*Francisca Herz Rosado Silva Sousa*

O Assistente técnico,

*Joaquim Manuel Caeiro Santos Martins*